



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**TERMO DE FOMENTO Nº 9027/2016**  
**PROCESSO Nº. 75661551**

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR  
INTERMÉDIO DA **SECRETARIA DE ESTADO DE  
TRABALHO, ASSISTÊNCIA E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETADES** E A  
**ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ÁGUIA BRANCA.**

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETADES**, inscrita no CNPJ sob nº 03.252.312/0001-80, com sede na Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower, CEP 29.057-530, Barro Vermelho – Vitória - ES, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada por sua Secretária de Estado, Sra. **ANDREZZA ROSALÉM VIEIRA** portadora da C.I. 1401799 – SSP/ES e inscrito no C.P.F. n.º 039.312.037-60, e a **ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ÁGUIA BRANCA**, inscrita no CNPJ sob nº 01.079.683/0001-87, com sede à Rodovia do Café, Km 81, CEP 29.795-000, Águia Branca - ES, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo Sr. **LUIZ CARLOS CUERCI FEDESZEN**, portador da C.I. N.º 369.945, órgão expedidor SPTC/ES e inscrito no CPF sob o nº. 654.041.577-04, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº **75661551** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente termo de fomento tem por objeto a cooperação técnica e financeira para realização de despesa na aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente para o desenvolvimento das atividades na Instituição, visando à melhoria da qualidade de atendimento de pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade e risco social, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 - São obrigações dos Partícipes:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:**

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

**II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 89.815,09 (oitenta e nove mil e oitocentos e quinze reais e nove centavos).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 89.815,09 (oitenta e nove mil e oitocentos e quinze reais e nove centavos), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 47.901.08.244.0191.2239, UG 470901, Gestão 47901, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 0101 ED: 3.3.50.43 - R\$ 19.971,99

Fonte: 0101 ED: 4.4.50.42 - R\$ 69.843,10

### **CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial **até 30/11/2018**, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

**CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

- III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES**

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Fomento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.





**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização doadora, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE**



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

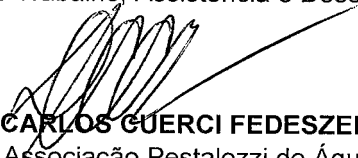
15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória-ES, 24 de novembro de 2017.

  
**ANDRÉZZA ROSALÉM VIEIRA**

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

  
**LUIZ CARLOS GUERCI FEDESZEN**  
Presidente da Associação Pestalozzi de Águia Branca  
Organização da Sociedade Civil

Vitória (ES), Segunda-feira, 27 de Novembro de 2017.

**ERRATA**

No resumo do Termo de Fomento nº 9034/2017 - Processo nº 78677513, publicado no DIO em 24/11/2017.

**Onde se leem:**

Hulda Coelho Shueng Pires - Matrícula nº 3498960 e Gabriela Gomes Leal Felix - Matrícula nº 3702308

**Leiam-se:**

Hulda Coelho Shueng Pires - Matrícula nº 3702308 e Gabriela Gomes Leal Felix - Matrícula nº 3498960.

Vitória, 24 de novembro de 2017.

**Andreza Rosalém Vieira**

Secretária de Estado de Trabalho,  
Assistência e Desenvolvimento  
Social

**Protocolo 360115**

**ERRATA**

No resumo do Termo de Fomento nº 9005/2017 - Processo nº 79111440, publicado no DIO em 24/11/2017.

**Acrescenta-se:**

Registro SECONT nº 170243.  
Vitória, 24 de novembro de 2017.

**Andreza Rosalém Vieira**

Secretária de Estado de Trabalho,  
Assistência e Desenvolvimento  
Social

**Protocolo 360160**

**Resumo de Termo de Fomento  
nº 9027/2017**

Processo nº. 75661551

Registro SECONT: 170257

**Administração Pública:** Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES.

**Organização da Sociedade Civil:** Associação Pestalozzi de Água Branca

**Objeto:** Cooperação técnica e financeira para aquisição de despesa na aquisição de material de consumo, equipamentos e material permanente para o desenvolvimento das atividades na Instituição.

**Valor:** R\$ 89.815,09 (oitenta e nove mil e oitocentos e quinze reais e nove centavos) de responsabilidade da Administração Pública.

**Vigência:** a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/11/2018.

**Dotação Orçamentária:** 47.901.08.244.0191.2239

**Elemento de Despesa:** 3.3.50.43 e 4.4.50.42.

**Fonte:** 0101

Vitória, 24 de novembro de 2017.

**Andreza Rosalém Vieira**

Secretária de Estado de Trabalho,  
Assistência e Desenvolvimento  
Social

**Protocolo 360245**

**Resumo de Termo de Fomento  
nº 9031/2017**

Processo nº. 78442370

Registro SECONT: 170256

**Administração Pública:** Estado do Espírito Santo por intermédio da

Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES.

**Organização da Sociedade Civil:** Associação Pestalozzi de Ibatiba.

**Objeto:** Cooperação técnica e financeira para aquisição de veículo para melhoria da qualidade do atendimento na Associação Pestalozzi de Ibatiba por 53 pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

**Valor:** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) de responsabilidade da Administração Pública e R\$ 817,05 (oitocentos e dezessete reais e cinco centavos) de responsabilidade da OSC.

**Vigência:** a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/11/2018.

**Dotação Orçamentária:** 47.901.08.244.0191.2239

**Elemento de Despesa:** 4.4.50.42.

**Fonte:** 0101

**Gestor Titular:** Iza Ribeiro Godoy Matrícula nº 3693368.

**Gestor Suplente:** Juliana Zannella Gorian-Matrícula nº 3294641.

Vitória, 24 de novembro de 2017.

**Andreza Rosalém Vieira**

Secretária de Estado de Trabalho,  
Assistência e Desenvolvimento  
Social

**Protocolo 360250**

**Resumo de Termo de Fomento  
nº 9035/2017**

Processo nº. 78296544

Registro SECONT: 170255

**Administração Pública:** Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES.

**Organização da Sociedade Civil:** APAE de São Gabriel da Palha.

**Objeto:** Cooperação técnica e financeira para aquisição de um veículo para transporte coletivo, visando propiciar locomoção a 86 (oitenta e seis) pessoas com deficiência.

**Valor:** R\$ 78.981,27 (setenta e oito mil e novecentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos), sendo R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) de responsabilidade da Administração Pública e R\$ 18.981,27 (dezoito mil e novecentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos) de responsabilidade da OSC.

**Vigência:** a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 30/11/2018.

**Dotação Orçamentária:** 47.901.08.244.0191.2239

**Elemento de Despesa:** 4.4.50.42

**Fonte:** 0101

**Gestor Titular:** André Francisco Ribeiro - Matrícula nº 3345750.

**Gestor Suplente:** Sílvia Alice Barreto Campos - Matrícula nº 3680002.

Vitória, 24 de novembro de 2017.

**Andreza Rosalém Vieira**

Secretária de Estado de Trabalho,  
Assistência e Desenvolvimento  
Social

**Protocolo 360252**

**Secretaria de Estado da  
Cultura - SECULT -**

**PORTARIA Nº 074-S, de 24 de novembro de 2017**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA**, no uso das atribuições legais conferidas pelo Artº 98, inciso II, da Constituição Estadual e, pelo Artº 23, inciso XIV, do Regulamento da SECULT, aprovado pelo Decreto nº 4.084 - N, de 27 de Janeiro de 1997, Lei Complementar Nº391/2007 de 11 de maio de 2007, Lei Complementar Nº391/2007, Decreto Nº3767-R, de 22 de janeiro de 2015 e Decreto Nº3860-R, de 23 de setembro de 2015.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os servidores abaixo relacionados para constituírem a Comissão do Processo Seletivo SECULT/2017, competindo aos membros, sob a coordenação do primeiro, a coordenação geral do processo seletivo simplificado, visando a, seleção e contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária e de excepcional interesse público, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, conforme disposto na Lei Complementar nº 809/2015.

**Art. 2º** - Todas as normas estabelecidas no Edital 000/2017, serão observadas pela Comissão para o estrito cumprimento da legislação vigente.

**Coordenação:**

Helder Trefzger Candido

**Membros:**

Leonardo David Nascimento de Souza

Graziella da Silva Cruz

Priscila De Lai Cruz Godoy

Líli Celia Pereira Mascarenhas

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Vitória, 24 de novembro de 2017.

**João Gualberto Moreira Vasconcellos**  
Secretário de Estado da Cultura  
**Protocolo 360217**

**Extrato do Termo de Autorização  
de Uso de Imóvel Público Nº  
034/2017**

**Processo Nº 80152430**

**Permitente:** Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

**Usuário:** Lucas Silva de Souza

**Objeto:** Utilização do imóvel público, denominado **Theatro Carlos Gomes**, de propriedade do Estado do Espírito Santo, para fins de realização do espetáculo/evento intitulado **"SILVA CANTA MARISA"**, no período de **03/12/2017**.

**Valor da Utilização:** 10% (dez por cento) da renda bruta da bilheteria.

**Base Legal:** Decreto nº 3.126-R de 11/10/2012.

Vitória, 07 de Novembro de 2017.

**João Gualberto Moreira Vasconcellos**  
Secretário de Estado da Cultura  
**Protocolo 360113**

**Secretaria de Estado da  
Agricultura, Abastecimento,  
Aqüicultura e Pesca - SEAG -  
PORTARIA CONJUNTA SEAG/  
SESA nº 001-R,  
de 24 de novembro de 2017.**

Dispõe sobre a rastreabilidade de frutas e hortaliças frescas produzidas e/ou comercializadas no Estado do Espírito Santo.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA**, no uso de atribuição que lhe confere, o Art. 98, inciso II, da Constituição Estadual, e o **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso de atribuição que lhe confere o Art. 15, inciso I, do Decreto nº 196-N de 15/12/1971, Lei Complementar nº 317 de 03/01/2005, Lei Complementar nº 348 publicada no DOE de 22/12/2005 e a Lei Complementar nº 407 de 27/07/2007, e,

**CONSIDERANDO** a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal de legislar concomitantemente sobre proteção e defesa da saúde;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a Lei Estadual nº 6.066, de 31 de dezembro de 1999 - Código de Saúde do Estado;

**CONSIDERANDO** o Decreto Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos;

**CONSIDERANDO** a Resolução RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre o Regulamento Técnico da Rotulagem de Alimentos Embalados, ou outra que vier a substituí-la;

**CONSIDERANDO** a Lei Estadual nº 5.760, de 02 de dezembro de 1998, que disciplina o uso, a produção, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte interno dos agrotóxicos, seus componentes e afins do Espírito Santo;

**CONSIDERANDO** os Artigos 3º, 16, 21 da Lei Estadual Nº 10.576 de 19 de agosto de 2016 que dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado do Espírito Santo e dá outras providências;



**Associação  
Pestalozzi  
de Águia Branca**

CNPJ 01.079.683/0001-87  
Rod Do Café, km 81 - 29.795-000  
Águia Branca - ES / Caixa Postal 02  
TELEFAX: (27) 3745 1325

Nº Proc. 7566/551  
Fls. 453  
Rub. 8

Utilid Públic Est: Lei n.º 5.573 -Utilid Públic Munic: Lei n.º301/96-Utilid Públic Fed. Lei n.º  
08026.000030/2006-33  
REGISTROS: FENASP n.º 128 - CNAS n.º 44006.000646/97-81- SEJUC sob n.º 00687 -Cons. Munic  
Assist Social n.º 001/01 -  
Conselh Munic Direit Criança e Adolescet ° 001/01- FEAPES sob n.º 27  
pestalozziaguiaabranca@hotmail.com

## PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei n.º 13.019/2014, alterada pela Lei n.º 13.204/2015)

### 1. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE ÁGUIA BRANCA		CNPJ 01.079.683/0001-87
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) RODOVIA DO CAFÉ, KM 81		
Bairro CENTRO	Cidade ÁGUIA BRANCA	CEP 29.795-000
E-mail da Instituição pestalozziaguiaabranca@hotmail.com		Home Page
Telefone 1 (27) 3745-1325	Telefone 2 (27) 3745- 1490	Telefone 3 (27)9 9848-8935

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome LUIZ CARLOS CUERCI FEDESZEN		CPF: 654.041.577-04
Nº RG 369.945	Órgão Expedidor SPC	Cargo PRESIDENTE
Função PRESIDENTE		
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rod. Henrique Santana Km 81		
Bairro Zona Rural	Cidade Águia Branca	CEP 29.795-000
Telefone 1 (27) 3745-1569	Telefone 2 (27) 9 9903-2985	Telefone 3 ( )

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome Priscila Alves Eduardo		
Área de Formação Serviço Social	Nº do Registro no Conselho Profissional 4771 17ª Região CRESS ES	
Bairro Morada Feliz	Cidade Barra de São Francisco	CEP 29.800-000
E-mail do Técnico pris.alves15@hotmail.com		
Telefone do Técnico 1 ( 27) 9 9993 1254	Telefone do Técnico 2 ( )	

### 4. OUTROS PARTICÍPES

Nome		
CGC/CPF		
Endereço		
Bairro	Cidade	CEP



**Associação  
Pestalozzi  
de Águia Branca**

Nº Proc. 7566155  
EJs. 454  
Rub. 2  
CNPJ 01.079.683/0001-87-  
Rod Do Café, km 81 -29.795-000  
Águia Branca - ES / Caixa Postal 02  
TELEFAX: (27) 3745 1325

Utilid Públic Est: Lei n.º 5.573 -Utilid Públic Munic: Lei n.º301/96-Utilid Públic Fed. Lei n.º  
08026.000030/2006-33  
REGISTROS: FENASP n.º 128 - CNAS n.º 44006.000646/97-81- SEJUC sob n.º 00687 -Cons. Munic  
Assist Social n.º 001/01 -  
Conselh Munic Direit Criança e Adolescet n.º 001/01- FEAPES sob n.º 27  
pestalozziaguiaabranca@hotmail.com

## 5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

A Associação Pestalozzi de Águia Branca, instituída pela Federação Estadual das Associações Pestalozzi do Estado do Espírito Santo, surgiu da necessidade de viabilizar um atendimento direcionado à pessoa com deficiência no município de Águia Branca na data de 15 de maio do ano de 1992 graças ao esforço de um grupo de pessoas, voltadas para esta questão, tendo como missão: *Atuar na defesa de direitos e no atendimento da pessoa com deficiência, garantindo-lhe o pleno exercício da cidadania.*

Desde a sua fundação a instituição não contava com sede própria, funcionando em imóveis alugados, atendendo na ocasião 38 pessoas. Posteriormente, instalou-se na sede de uma antiga delegacia, cedida pelo município. Depois promoveu ampliações deste imóvel melhorando parcialmente a acessibilidade, com recurso de emenda parlamentar.

Atualmente está instalada numa sede própria, adquirida através de permuta, que através de parceria com as famílias, assistidos e a comunidade, foi reformada garantindo assim a acessibilidade necessária para a mobilidade da pessoa com deficiência, melhorando significativamente a qualidade do trabalho realizado.

Ressaltamos que o espaço ainda necessita de mais adequações para ampliar o atendimento nas mais diversas áreas. Atende atualmente 189 pessoas, de 0 (zero) a 85 anos de idade aproximadamente, tanto da zona urbana e rural, nas áreas da Assistência Social, Saúde e Educação, porém tem capacidade para atender até 500 pessoas. Sendo que a maioria dos usuários, são provenientes de famílias carentes, que não possuem moradia própria. Muitos vivem sozinhos, uma vez que familiares não os aceitam, e em condições de vulnerabilidade social. Especificamente, os que

são provenientes da zona rural, são meeiros, residem em casebres sem acesso ao tratamento de água e esgoto; sendo importante relatar que em virtude da grande seca que assolou a região noroeste do Espírito Santo no último ano, a situação destas pessoas, piorou de forma acentuada.

A Associação tem por finalidade a prestação gratuita de serviços socioassistenciais, de saúde e educação, objetivando a habilitações e ou reabilitações da pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, do espectro autista e altas habilidades/superdotação, síndromes diversas, disfunções neurológicas bem como a promoção de sua inclusão na vida comunitária e mercado de trabalho, quando existem possibilidades, articuladas com ações educacionais e de saúde, trabalho, esporte, lazer e cultura.

De acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistencial, a instituição se enquadra na prestação do serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, e suas famílias. Dispõe nos serviços socioassistenciais da proteção social especial de média complexidade, ofertando serviços de atendimento especializado às famílias das pessoas com deficiência, usuários da instituição que de uma forma ou outra tem o desenvolvimento de sua autonomia comprometido, que será trabalhado nas oficinas diversas realizadas na instituição. O serviço possui a finalidade de promover a autonomia dos usuários e de suas famílias, sua inclusão social e consequentemente a melhoria da qualidade de vida. Essas ações contam com equipe multidisciplinar: Assistente Social, Psicólogo, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, Pedagogo e Professores Especializados.

Em consonância com a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993) e a Resolução Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 34 de 28/11/2011), a Associação Pestalozzi desenvolve o serviço supracitado nessas leis de *"habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária"* através do desenvolvimento de um atendimento qualificado para apoiar esse processo de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência desenvolvendo semanalmente o atendimento dos grupos, que frequentam a instituição duas vezes por semana em dias alternados, em atendimentos grupais e individuais, de psicologia, fonoaudiologia, ecoterapia, fisioterapia e Serviço de Atendimento Grupal desenvolvido por parte do Serviço

Social da Instituição que busca contribuir com o auxílio de suas famílias a inclusão da pessoa com deficiência para a vida comunitária e participativa na sociedade garantindo seus direitos visando ainda promover sua autonomia, bem estar e independência trabalhando a participação familiar e comunitária.

A instituição realiza acompanhamentos em grupo com famílias que acontecem mensalmente visando fortalecer a convivência familiar e comunitária, apoiar as famílias em suas dificuldades e trazer esclarecimentos acerca das leis, garantia de direitos e elucidar as responsabilidades do cuidado a pessoa com deficiência visando sempre a possibilidade de garantir sua autonomia. O trabalho grupal é acompanhado por: uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga.

O acompanhamento é por tempo indeterminado buscando sempre a promoção da pessoa com deficiência e da sua família e a garantia de seus direitos, bem como evitar as situações de violência e perda dos vínculos familiares. A instituição realiza os encaminhamentos necessários para a rede de serviços socioassistenciais sempre que identificada a necessidade. Como trabalho essencial ao funcionamento do serviço, são realizados: acolhida, visita domiciliar, articulação com políticas públicas, desenvolvimento do convívio familiar, diagnóstico socioeconômico, atividades de convívio e organização da vida diária, apoio a família, orientação de cuidados sociais, elaboração de relatórios e prontuários.

Na área da saúde oferece gratuitamente serviços de fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia e equoterapia, trazendo melhorias significativas nas áreas de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência.

Na Educação mantém o Centro de Atendimentos Educacional Especializado " Bem Viver", que no horário inverso ao da escola, oferece atendimento especializado e reforço escolar duas vezes por semana, bem como atendimento pela equipe multidisciplinar quando observada a necessidade.

Todos os profissionais que atuam nas diversas áreas são habilitados/ capacitados para trabalhar com a pessoa com deficiência e desenvolver atividades lúdicas capazes de proporcionar o aprendizado.



O grau de satisfação do público atendido será avaliado através de caixa de sugestões e formulários a serem disponibilizados.

## **6. SÍNTESE DA PROPOSTA**

### **6.1. Identificação do objeto**

A presente proposta visa proporcionar aos usuários da Associação Pestalozzi de Águia Branca, que em sua maioria vivem em situação de vulnerabilidade social, o desenvolvimento de suas habilidades para a sua promoção social. Além disso, propõe-se promover a qualidade de vida visando exercício da cidadania por meio da vigilância sócio assistencial, proteção social, defesa e garantia de direitos e cooperação técnica e financeira para aquisição de material de consumo, equipamentos e materiais permanentes visando pela qualidade e ampliação do atendimento às pessoas com deficiência.

### **6.2. Descrição do objeto**

Desenvolver ações que proporcionem a inclusão social, a interação, a acessibilidade e o exercício da cidadania da pessoa com deficiência e de sua família buscando ofertar meios para proporcionar a promoção social do indivíduo e de seu grupo familiar preparando-o para a vida em comunidade através do desenvolvimento de suas habilidades pessoais e intelectuais.

### **6.3. Objetivo geral**

Possibilitara ampliação da capacidade de atendimento visando promover o exercício da cidadania, a reabilitação, a inclusão e a valorização das habilidades da pessoa com deficiência.

### **6.4. Objetivos específicos**

- Identificar, valorizar e desenvolver habilidades e competências.
- Promover inclusão social através da educação profissional e inclusão digital.





- Promover a melhoria das atividades da vida prática e diária através de oficinas.
- Despertar a criatividade, a iniciativa, a responsabilidade, a disciplina e o respeito pelo outro.
- Reabilitar a pessoa com deficiência proporcionando uma melhor qualidade de vida.
- Propiciar o aprendizado e produção de peças artesanais.
- Sensibilizar, desinibir e desenvolver a capacidade criativa, a comunicação, a expressão, diminuição da ansiedade, flexibilidade, espontaneidade, a capacidade de raciocínio lógico e contato com a cultura e a história.
- Desenvolver a expressão verbal, construção textual, relacionamento com o outro e o diálogo.
- Desenvolver a comunicação e expressão, através da percepção de formas e cores.
- Propagar o respeito as diferenças e o convívio social.
- Fortalecer vínculos familiares através de tradições culturais e artísticas

#### **6.5. Público beneficiário**

O público alvo é composto por 189 (cento e oitenta e nove) pessoas com deficiência além de seus grupos familiares que também são atores externos participantes dos processos da instituição.

#### **6.6. Justificativa**

O presente projeto articula com o cotidiano favorecendo mudanças na vida prática e diária contribuindo para autonomia e ressignificação de ações discriminatórias, transformando-as em propostas atitudinais que fortaleçam a aceitação baseada na concepção de um ser humano ativo, cujo conhecimento se constrói nas relações históricas sociais.



Os serviços são organizados de forma a oportunizar o exercício da cidadania, a autonomia, integração, inclusão e participação ativa na sociedade. Sendo estes serviços articulados com as demais áreas, que garantem a inserção do sujeito como ser histórico-social.

E considerando que o direito de todos os indivíduos aos bens culturais, como caminho possível de inclusão no meio social, deve ser respeitado, independentemente das dificuldades ou deficiências apresentadas pelos usuários, é que a Associação Pestalozzi de Águia Branca, vem desenvolvendo ações visando à inclusão social e educacional de seus usuários. Assim, a Pestalozzi de Águia Branca desenvolve, programas e projetos socioeducativos, diversificados, em parcerias, objetivando acolher, encaminhar e acompanhar ações individualizadas que integram em seu contexto o indivíduos, sua famílias e os demais da sua convivência.

#### 6.7. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função na Entidade	Carga Horária Semanal de Trabalho
Luiz Carlos C. Fedeszen	Pedagogia	Presidente	25
Luciene Cardoso Costa Nery	Pedagogia	Pedagoga	40
Adriana Ribeiro Assis dos Passos	Pedagogia	Gerente Administrativa	40
Cleide Píol Tatagiba	Pedagogia	Professora	25
Simone David da Silva Galvão	Pedagogia	Professora	25
Francelli Lopes dos Santos Tuny	Pedagogia	Professora	25
Joice Maria Braga	Pedagogia	Professora	25
Cristina Gobbi de A. Corteletti	Pedagogia	Professora	25
Priscila Alves Eduardo	Serviço Social	Assistente Social	20
Bruna Capobianco	Fisioterapia	Fisioterapeuta	8
Patrícia Fim	Fonoaudiologia	Fonoaudióloga	8
Sheine Meireles	Psicologia	Psicóloga	8



#### 6.8. Sustentabilidade da proposta

A avaliação será realizada através de formulários que serão disponibilizados aos usuários, famílias e colaboradores para subsidiar o acompanhamento da execução das atividades visando desenvolver pesquisas avaliativas com o objetivo de identificar se os resultados foram alcançados. Será realizado um acompanhamento contínuo através dos indicadores obtidos nos formulários para auxiliar no desempenho efetivo das ações. Os materiais permanentes serão monitorados trimestralmente e avaliados pela equipe da instituição objetivando manter uma excelente qualidade na prestação do atendimento e funcionamento das atividades que serão desenvolvidas, como por exemplo no laboratório de informática.

Todos os projetos desenvolvidos, os serviços prestados e os programas executados pela Pestalozzi de Águia Branca, que vão além desta propostas são monitoradas diariamente especificamente pelos gerentes responsáveis por cada área de atuação, pelos integrantes do Conselho de Administração; e é sempre pauta principal nas reuniões que acontecem todas as sextas-feiras das 7:30 h às 11: h, rotineiramente. O Serviço Social da instituição também realiza ações de acompanhamento e satisfação dos usuários.

A instituição manterá o funcionamento de todas as atividades através da participação popular já existente desenvolvendo suas atividades do serviço de fortalecimento de vínculos de acordo com o precedido em estatuto.

As ações serão continuadas conforme já vem sendo desenvolvidas e através de parcerias com o poder público Federal, Estadual, Municipal, Poder Judiciário e com os 256 associados que contribuem mensalmente com a instituição. Assim como vem se auto sustentando desde sua fundação em 1992, uma vez que o repasse de recursos provenientes de emendas parlamentares são sazonais. A instituição irá manter as atividades e ações, uma vez que seu objetivo regido em estatuto é o de promover a autonomia da pessoa com deficiência através dos serviços ofertados gratuitamente conforme já executados e que serão melhorados/reforçados após essa parceria, de acordo com o exposto acima, através da colaboração da participação comunitária quando necessário.



MT

Nº Proc. 75661551  
Fls. 461  
Rub. S

**6.9. Período de execução do objeto**

Início: 12/2017	Término: 11/2018
-----------------	------------------

*MS*

## 7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

: Aquisição de Material de Consumo e Material Didático Pedagógico para atender aos 189 (cento e oitenta e nove) os da instituição no período de um ano.		Valor (R\$): 20.000,00	
dor(es): Realizar o acompanhamento das atividades didáticas da vida pratica e diária da pessoa com deficiência			
	Metodologia	Valor (R\$)	Período de Execução
			Início
			Término
Cotação de Preços	Realizar os orçamentos	0,00	12/2017
Proceder com a aquisição dos materiais de consumo e materiais didático pedagógicos com objetivo de utiliza-los para garantir qualidade no atendimento, segurança, limpeza e higienização do ambiente.	Garantir o funcionamento dos serviços de secretaria e a manutenção da higiene e limpeza da instituição. Realizar reuniões técnicas para planejamentos das atividades. Desenvolver oficinas de integração social promovendo a inclusão e o desenvolvimento das habilidades dos usuários.	R\$ 20.000,00	12/2017
			11/2018

Nº Proc. 7566/551  
Fls. 462  
Rub. 8

:: Aquisição Equipamentos Permanentes		Valor (R\$): 15.000,00		
dor(es): Garantir a organização e funcionamento do setor de atendimento psicossocial da instituição				
	Metodologia	Valor (R\$)	Período de Execução	
			Início	Término
Cotação de Preços	Realizar os orçamentos	0,00	12/2017	12/2017
Aquirir materiais/ equipamentos	Equipar a sala de atendimento psicossocial da instituição visando oferecer um atendimento com estabilidade e com recursos a seus usuários.	R\$ 15.000,00	12/2017	11/2018



1: Adquirir um veículo convencional		Valor (R\$): 30.000,00
dor(es): Realizar o acompanhamento familiar		
Metodologia	Valor (R\$)	Período de Execução
		Início
		Término
Realizar os orçamentos	0,00	12/2017
Promover a eficiência do acompanhamento familiar da pessoa com deficiência através da realização das visitas domiciliares.	R\$ 34.608,06	12/2017
		11/2018

1: Adquirir computadores para o laboratório de informática		Valor (R\$): 25.000,00
dor(es): Promover a inclusão digital adquirindo os computadores com devidas adaptações para execução do projeto de inclusão social abrangendo usuários da instituição e suas famílias.		
Metodologia	Valor (R\$)	Período de Execução
		Início
		Término
Realizar os orçamentos	0,00	12/2017
Ofertar a pessoa com deficiência o acesso a inclusão digital e oferecer meios para que mediante suas habilidades possam desenvolver sua capacidade operacional.	25.000,00	12/2017
Promover a família da pessoa com deficiência através da inclusão digital o acesso a informática como forma de gerar o conhecimento e autonomia também das famílias no acesso a tecnologia.		11/2018
recutar o projeto de inclusão digital		





**Associação  
Pestalozzi  
de Águia Branca**

CNPJ 01.079.683/0001-87-  
Rod Do Café, km 81 -29.795-000  
Águia Branca - ES / Caixa Postal 02  
TELEFAX: (27) 3745 1325

Nº Proc. 75661551  
Fls. 464  
Rub. S

Utilid Públic Est: Lei n.º 5.573 -Utilid Públic Munic: Lei n.º301/96-Utilid Públic Fed. Lei n.º  
08026.000030/2006-33

REGISTROS: FENASP n.º 128 - CNAS n.º 44006.000646/97-81- SEJUC sob n.º 00687 -Cons. Munic  
Assist Social n.º 001/01 -

Conselh Munic Direit Criança e Adolescetº 001/01- FEAPES sob nº 27  
pestalozziaguiaabranca@hotmail.com

## 7. PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE
3.3.50.43	Material de Consumo	19.971,99
	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Custos Indiretos/Equipe Encarregada pela execução	
4.4.50.42	Equipamentos e Materiais Permanentes	69.843,10
<b>TOTAL</b>		<b>89.815,09</b>

### 7.1 Detalhamento das despesas

7.1.1 MATERIAL DE CONSUMO (3.3.50.43)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	VALORUNIT.	VALOR TOTAL
1.	CADERNO BROCHURA 96FLS GR	UN	200	7,05	1.410,00
2.	TESOURA ESCOLAR METAL	UN	50	3,24	162,17
3.	PAPEL A4 210X297 BLOCO 500 FLS	CX	10	197,06	1.182,34
4.	PASTA C/ TRILHO LISA PLÁSTICO	UND	100	1,78	177,67
5.	CD-R 80 MIN	UND	100	1,09	108,67
6.	COLA BRANCA 1 KG	UN	20	13,01	260,16
7.	FITA CREPE 18X50	UND	50	1,37	68,50
8.	FITA DUREX TRANSPARENTE	UND	30	1,17	35,20
9.	BORRACHA PONTEIRA BRANCA	UN	300	0,29	87,00
10.	COLA P/ PISTOLA FINA	UN	150	0,64	96,50
11.	LÁPIS PRETO	UN	300	0,38	113,00
12.	LÁPISDE COR COM /12 CORES	PCT	100	5,37	537,33
13.	MASSA P/ MODELAR 12 CORES	UN	50	6,35	317,50
14.	RÉGUA 30 CM PLÁSTICA	UN	30	1,79	53,80
15.	CARTUCHO PARA IMPRESSORA	UN	12	32,08	384,96
16.	PLACA BORRACHA E.V.A VÁRIAS CORES	UN	100	2,38	238,33
17.	CARTOLINA DUPLA FACE	UN	100	1,07	106,67
18.	PAPEL KRAFT COR BRANCO/ AMARELO	UND	100	0,85	85,00
19.	PASTA COM CANALETA A4	UN	30	1,78	53,30
20.	ENVELOPE BRANCO PARA CORRESPONDÊNCIA 114 X 229	UN	196	0,18	35,93
21.	TINTA GUACHE CORES VARIADAS PEQ	UN	50	0,65	32,33
22.	PINCEL GROSSO 1100	UN	20	3,95	79,07
23.	PINCEL FINO 850	UN	10	1,84	18,43
24.	PINCEL MARCADOR P RETRO PROJETO	UN	15	3,76	56,40
25.	PASTA COM ELÁSTICO	UN	200	2,50	500,00
26.	CANETA HIDROCOR 12 CORES	CX	50	8,31	415,50
27.	PISTOLA PARA COLA QUENTE PQ	UN	20	15,60	311,93
28.	FITA DUREX COLORIDO	UN	30	0,57	17,10
29.	PAPEL CARTÃO CORES VARIADAS	UN	100	0,92	91,67
30.	BEXIGA DE SOPRAR CORES VARIADAS	SAC	30	8,95	268,60
31.	PAPEL VEGE CORES VARIADAS	PC	10	18,46	184,60
32.	ENVELOPE KRFT COR BRANCO 200X280	UN	300	0,45	135,00

33.	APONTADOR	UN	40	1,93	77,33
34.	GIZ DE CERA 12 CORES	CX	30	2,37	71,00
35.	PAPEL CREPON VARIAS CORES	UN	50	0,89	44,33
36.	GRAMPO PARA GRAMPEADOR GR 5000 26/6	CX	05	4,86	24,30
37.	CLIPS 6/0	CX	10	3,97	39,67
38.	ESTRATOR DE GRAMPOS	UN	05	1,30	6,48
39.	GRAMPEADOR	UN	05	20,54	102,70
40.	TONER PARA COPIADORA 85 A	UN	10	52,89	528,93
41.	PAPEL ADESIVO TRANSPARENTE	MT	25 MT	3,49	87,25
42.	PINCEL PARA QUADRO BRANCO	UN	30	9,56	286,80
43.	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	UN	10	13,01	130,07
44.	PAPEL OFICIO A 4CHAMEQUINHO	UN	50	5,70	284,83
45.	ENVELOPE KRAFIT A4 240X340	UN	300	0,48	145,00
46.	LIVRO ATA 200 FLH	UN	05	23,75	118,77
47.	PINCEL CONDORNº 2	UN	10	1,56	15,60
48.	PAPEL ALMAÇO	UN	200	0,17	33,33
49.	PAPEL CELOFANE 89X150 INCOLOR	UN	30	2,11	63,40
50.	DESTACA TEXTO CORES	UN	10	2,51	25,10
51.	TNT	MT	20 MT	1,76	35,13
52.	CORRETIVO	UN	10	2,53	25,27
53.	CARTOLINA BRANCA	UN	100	0,84	84,00
54.	PASTA CATÁLOGO 50 FOLHAS	UN	30	12,27	368,10
55.	FITILHO CORES VARIADAS	UN	10	1,55	15,53
56.	PASTA SANFONADA	UN	30	12,56	376,70
57.	BARBANTE GR	UN	03	7,05	21,14
58.	CLIPS 2/0	CX	10	2,95	29,50
59.	PINCEL CONDOR Nº 04	UN	10	1,76	17,57
60.	PINCEL CONDOR Nº 06	UN	10	1,81	18,10
61.	PINCEL CONDOR Nº 08	UN	10	2,05	20,47
62.	PINCEL CONDOR Nº 10	UN	10	2,31	23,07
63.	PINCEL CONDOR Nº 12	UN	10	2,16	21,60
64.	PINCEL CONDOR Nº 14	UN	10	3,04	30,37
65.	PINCEL CONDOR Nº 16	UN	10	3,83	38,27
66.	PASTA CATALOGO 100 FLH	UN	10	19,97	199,67
67.	FRALDAS P	PCT	5	49,33	246,65
68.	FRALDAS M	PCT	5	49,33	246,65
69.	FRALDAS G	PCT	5	49,33	246,65
70.	FRALDAS GG	PCT	5	49,33	246,65
71.	SACO DE LIXO 100 LITROS	PCT	30	10,83	324,90
72.	SACO DE LIXO 50 LITROS	PCT	30	11,99	359,80
73.	SACO DE LIXO 30 LITROS	PCT	30	9,16	274,90
74.	COPOS DESCARTÁVEIS 200 ML	PCT	40	3,80	151,87
75.	GUARDANAPOS DE PAPEL	UN	24	1,40	33,52
76.	RODO GRANDE	UN	20	14,66	293,27
77.	RODO PEQUENO	UN	30	11,66	349,90
78.	VASSOURA PIAÇAVA	UN	30	12,46	373,90
79.	VASSOURA PELO	UN	15	11,03	165,45
80.	PAPEL TOALHA	PCT	10	4,86	48,63
81.	PANO DE CHÃO	UN	50	5,36	268,17
82.	FLANELA	UN	30	4,18	125,40

*[Handwritten signature]*



83.	BOMBRIL	FD	10	32,05	320,53
84.	ESPONJA DE LAVAR	PCT	15	6,08	91,20
85.	VASSORA PARA VASO	UN	05	11,10	55,48
86.	COLORO	CX	12	37,29	447,48
87.	DESINFETANTE	CX	12	48,96	587,52
88.	PASTA DE ARIAR	UN	10	5,23	52,30
89.	AMACIANTE DE ROUPAS	CX	02	42,31	84,63
90.	BOM AR	CX	02	108,69	217,39
91.	ALCOOL EM GEL	CX	04	84,63	338,51
92.	ALCOOL 70% 46%	UN	12	6,23	74,72
93.	LIMPA VIDROS	CX	01	5,41	5,41
94.	SABÃO EM PÓ	CX	03	85,13	255,38
95.	PANO DE PRATO	UN	20	5,48	109,60
96.	VASSOURA DE MELGA	UN	03	16,33	48,99
97.	PAPEL HIGIÊNICO	FD	10	72,28	722,80
98.	ESSÊNCIA DE EUCALIPTO	UN	20	5,35	106,93
99.	VEJA MULTIUSO	CX	03	54,23	162,68
100.	TOUCAS DESCARTÁVEIS	PCT	01	12,75	12,75
101.	LUVAS DE BORRACHA BRANCA	UN	12	11,20	134,36
102.	AVENTAL DE COZINHA	UN	10	8,60	85,97
103.	BOTAS DE BORRACHA BRANCA	PAR	12	36,26	435,16
104.	MASCARAS DESCARTÁVEL	UN	01	3,32	3,32
105.	ÓCULOS DE SEGURANÇA	UN	30	7,36	220,90
106.	BALDE 12 LITROS	UN	30	7,10	213,00
107.	PRATOS DURALEX	UN	100	3,95	394,67
108.	COLHERES			3,24	
				<b>SUBTOTAL</b>	<b>19.971,99</b>

**7.1.5 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES (4.4.50.42)**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
109	MESA PARA COMPUTADOR MED 0,90 X 0,60 X 0,75	PÇ	05	229,67	1.148,33
110	VENTILADOR DE PAREDE 65 CM	PÇ	05	475,67	2.378,33
111	ESTANTE DE AÇO COM 06 BANDEJAS	PÇ	10	241,00	2.410,00
112	ARMARIO DE AÇO 2 PORTAS E 4 PRATELEIRAS MED. 1,98X1,18	PÇ	04	1.366,00	5.464,00
113	MESA PARA DIRETOR 50 MM X 2 X 1,80	PÇ	01	1.880,00	1.880,00
114	BEBEDOURO PURIFICADOR	PÇ	01	848,67	848,67
115	CADEIRA GIRATORIA	PÇ	03	287,33	862,00
116	ARQUIVO COM 04 GAVETAS MED 1,33 X 0,47X 0,47 X 0,57	PÇ	01	641,00	641,00
117	VEICULO 0 KM - 1.0 FLEX 4P 2018	UN	01	38.196,00	38.196,00
118	MESA PARA COMPUTADOR MED: LARG 0,90X0,60X0,75	UN	05	239,67	1.198,33
119	CADEIRA FIXA COM PÉS DE FERRO 7/8 REVESTIDO EM TECIDO ESPUMA INJETADA	PÇ	06	172,33	1.034,00
120	ARMARIO COM 8 PORTAS COM PITÃO PARA CADEADO MED : 1,93X0,93X0,40	UN	0	1.695,33	
121	MESA REDONDA EM MDP DE 15MM E 1,20 DE DIÂMETRO	UN	02	685,67	1.371,33
122	MESA PARA PROFESSOR EM COMPENSADO REVESTIDO EM FORMICA MED: 1.20X0,60X0,74	UN	01	399,67	399,67

Nº Proc. 75661551  
Fls. 467  
Rub. 5

123	CADEIRA GIRATÓRIA COM ESPUMA INJETADA REVESTIDO EM TECIDO	UN	01	423,00	423,00
124	ARMÁRIO EM AÇO COM 02 PORTAS E CHAVE MED: 1,98X1,2X4,0	UN	0	1.939,67	
125	COMPUTADOR HD 500, MONITOR DE LED 15.6 MOUSE OPTCO E TECLADO PADÃO, CX SOMJ2.0 USB.	05	05	2.317,69	11.588,43
				TOTAL	R\$ 69.843,10

*MS*

*[Signature]*



**Associação  
Pestalozzi  
de Águia Branca**

CNPJ 01.079.683/0001-87  
Rod Do Café, km 81 -29.795-000  
Águia Branca - ES / Caixa Postal 02  
TELEFAX: (27) 3745 1325

Nº Proc. 7568/551  
Fls. 468  
Rub. S

Utilid Públic Est: Lei n.º 5.573 -Utilid Públic Munic: Lei n.º301/96-Utilid Públic Fed. Lei n.º  
08026.000030/2006-33

REGISTROS: FENASP n.º 128 - CNAS n.º 44006.000646/97-81- SEJUC sob n.º 00687 -Cons. Munic  
Assist Social n.º 001/01 -

Conselh Munic Direit Criança e Adolescet ° 001/01- FEAPES sob n.º 27  
pestalozziaguiaabranca@hotmail.com

## 8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DO CONCEDENTE					
MAIO/2017	JUNHO/2017	JULHO/2017	AGOSTO/2017	SETEMBRO/2017	OUTUBRO/2017
NOVEMBRO/2017	DEZEMBRO/2017	JANEIRO/2018	FEVEREIRO/2018	MARÇO/2018	ABRIL/2018
	R\$ 89.815,09				

## 9. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social- SETADES**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Estadual ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Estado do Espírito Santo, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

Em 28 de Junho de 2017.

*Laiz Carlos Cuerci Fedeszen*

Assinatura do Representante Legal  
CPF: 654.041.577-04

## 10. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVADO.

Vitória (ES) Em 07/11/2017

*Andréa de Souza*

Assinatura do Representante Legal/Carimbo